

Comissão aprova audiências sobre mudanças climáticas

Um debate sobre as consequências do aquecimento global para o Pantanal, na sexta-feira, em Campo

Grande, deve abrir a série de audiências públicas aprovadas por comissão mista. **Página 6**



Delcídio Amaral (D) participa de reunião da comissão mista sobre mudanças climáticas

Márcia Kalume

Brasil precisa de US\$ 121,8 bi de reservas?

A questão foi debatida ontem em audiência com o secretário do Tesouro Nacional. **Página 7**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.626 – Brasília, quarta-feira, 4 de julho de 2007

CAE aprova política para o mínimo

Projeto que estabelece regras para correção do salário mínimo entre 2008 e 2011 foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. A proposta segue agora para o Plenário, onde será examinada em regime de urgência. **Página 7**

Jane Araújo



Entre César Borges (E) e Efraim, Tião Viana anuncia decisão da Mesa: devolução do processo ao conselho

Conselho retoma processo com 3 relatores

Diante de apelo em favor de seu afastamento, Renan diz que permanece no cargo, contrariando "apetites políticos"

As investigações do Conselho de Ética sobre a representação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, serão retomadas a partir do ponto em que haviam sido interrompidas. A decisão foi tomada pelo colegiado em reunião que terminou por volta das 21h de ontem. Para o papel de relator, será nomeada uma comissão de inquérito composta de três senadores, conforme anunciou o presidente do órgão, Leomar Quintanilha. O assunto foi debatido ontem, em Plenário, por diversos senadores. **Páginas 3 a 5**

Educação, remédio contra obesidade

A educação alimentar deve se tornar matéria integrante do currículo escolar? Questões como essa foram discutidas em audiência da Subcomissão de Saúde com a presença de estudiosos da obesidade infantil. **Página 8**

Jane Araújo



O Conselho de Ética, que se reuniu até as 21h, vai solicitar a conclusão da perícia em documentos de Renan

Oferta de medicamento de alto custo gera polêmica

Autoridades do Executivo e associações de defesa dos direitos dos pacientes em tramitação no Senado. O debate divergiram sobre a oferta de medicamentos de alto custo, regulamentada em dois projetos de lei em votação. **Página 8**



Flávio Arns (3º à esq.) é autor de um dos projetos debatidos ontem por duas comissões do Senado

Márcia Kalume



Coordenadores para a Frente Parlamentarista

A Frente Parlamentarista, criada para discutir a implantação do sistema parlamentarista de governo no Brasil, elegeu ontem, durante reunião no Senado, seus coordenadores estaduais. Participaram da reunião os senadores Fernando Collor (PTB-AL), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Expedito Júnior (PR-RO) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Fernando Collor – que é o coordenador da frente – disse estar satisfeito com as discussões realizadas na reunião. Ele afirmou que o próximo passo é “fazer a difusão da tese parlamentarista, levando as discussões para escolas, universidades e meios acadêmicos”.

O senador ainda criticou o sistema político vigente no Brasil, dizendo que ele precisa de reformas.

– As regras do jogo político e as regras eleitorais são de má qualidade, e quando a regra é ruim o resultado do jogo nunca é bom. Nós precisamos, junto com a adoção do sistema parlamentarista de governo, trabalhar em mudanças na legislação política e eleitoral para torná-la compatível com o sistema parlamentar de governo – observou Collor.

A próxima reunião da Frente Parlamentarista se dará no dia 15 de agosto, em horário ainda não definido. Na ocasião, será organizada uma mesa de debate para discutir a adoção do sistema de governo no país.

Representantes do audiovisual analisam propostas para nova legislação e abordam, entre outros temas, o estímulo à produção independente

A futura lei de comunicação social eletrônica em debate

A garantia de produção de conteúdo nacional, o limite à participação de capitais estrangeiros e o estímulo à produção independente foram os principais temas levantados ontem por representantes do setor de audiovisual durante audiência pública destinada a analisar propostas para a nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica. A audiência foi promovida pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Ao defender o conteúdo nacional, o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães, alertou para o risco de perda da identidade nacional nos países que “não conseguem se ver na tela” da televisão. Guimarães defendeu ainda o princípio da liberdade de expressão e a mescla de produção nacional e produção local, especialmente nas áreas de jornalismo e esportes.

Para o presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão, Fernando de Souza Dias, uma das questões mais importantes a serem debatidas na elaboração da nova lei deve ser a



Gilvam (2º à esq.) preside reunião com Dias (E), Guimarães e Ceneviva

distinção entre produção e difusão de programas. Ele pediu maior espaço para a produção independente.

O diretor da Rede Bandeirantes Walter Vieira Ceneviva, consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores, advertiu para a necessidade de uma lei que resista à evolução das tecnologias. Ele lembrou que, somente no período de vigência do atual Código Brasileiro de Telecomunicações, nasceram e morreram tecnologias como as dos videocassetes e dos *paggers*. A futura lei, a seu ver, deve tratar de temas como a prioridade a empresas brasileiras na área de geração de conteúdo.

Marco regulatório

Autor do requerimento para a realização da audiência, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou que o presidente Lula criou uma comissão interministerial para debater o anteprojeto de regulamentação do

artigo 221 da Constituição, que trata da área de comunicação social. O senador quis saber dos convidados se seria indispensável o estabelecimento de um novo marco regulatório para o setor.

Em resposta, Evandro Guimarães disse considerar necessária a revisão do atual marco regulatório, uma vez que ocorreram diversos “fatos novos” no setor, como a privatização das empresas de telecomunicações, a expansão da TV paga e a criação – ainda em andamento – da televisão digital. Ceneviva, por sua vez, considerou “desejável”, mas não indispensável, o novo marco regulatório. A seu ver, poderia ser dada maior atenção ao cumprimento de leis já em vigor.

O senador Flávio Arns (PT-PR) lamentou o fato de que diversos princípios fixados na Constituição não venham sendo colocados em prática.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia UNE

Na hora do expediente, período que antecede a ordem do dia, os senadores vão homenagear a União Nacional dos Estudantes (UNE) pela passagem dos seus 70 anos. Também será homenageado o Centro Popular de Cultura (CPC).

Indicação para diretoria do Dnit

Às 10h, a Comissão de Infra-Estrutura (CI) reúne-se para analisar a indicação de Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de In-

fra-Estrutura de Transportes (Dnit). Em seguida, deve ser votado substitutivo ao projeto que determina a instalação de bloqueadores de celular nas prisões do país.

Projeto disciplina alimentação nas escolas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se, às 11h, para examinar pauta de 14 itens. Entre os projetos de lei, encontra-se o que propõe disciplinar a comercialização

de alimentos nos centros de ensino e promover ações para alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes nas escolas de educação básica.

Subcomissão dos Biocombustíveis

Às 9h, a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), reúne-se para analisar, em audiência pública,

a situação dos trabalhadores dos diversos setores produtivos dos biocombustíveis. Entre os convidados para o debate, está o advogado trabalhista José Pastore.

CCJ discute tráfico de entorpecentes

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) tem reunião marcada para as 10h. O primeiro item da pauta é o substitutivo ao projeto que trata de aumento da pena para a prática de tráfico ilícito de

entorpecentes no interior ou nas imediações de escolas. Deve ser analisado ainda o projeto que estabelece critérios diferentes para aposentadoria de servidores públicos portadores de deficiência.

Apagão Aéreo

Às 10h, a CPI do Apagão Aéreo ouve a empresária Sílvia Pfeiffer, que dará continuidade nas informações sobre suposto esquema de corrupção na Infraero.

Reunião da CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) começa, às 14h30, o debate e a votação do relatório ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Mão Santa, Papaléo Paes e César Borges

Mesa diretora delega ao Conselho de Ética correções de erros na tramitação processual e colegiado decide aproveitar apurações já realizadas



Sob a presidência de Tião Viana (C), Mesa do Senado reconhece a admissibilidade da representação do PSOL

Processo contra Renan volta ao conselho

A Mesa do Senado devolveu ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o processo contra o presidente da Casa, Renan Calheiros. O anúncio foi feito ontem por Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, logo após reunião presidida por ele – e da qual Renan não participou. A decisão ocorreu menos de 24 horas depois de o presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), ter remetido o processo à Mesa.

Viana declarou que os senadores reconheceram “a admissibilidade da representação do presidente da Casa e que ocorreram vícios na tramitação processual”. De acordo com o vice-presidente, caberá ao Conselho de Ética tanto a correção de tais erros como a decisão de como serão realizados os procedimentos e a tramitação do processo.

Questionado por jornalistas se as investigações “voltarão à estaca zero” ou se o conselho poderá utilizar as informações obtidas na Polícia Federal – o que estaria, do modo como foi feito, entre os erros de tramitação –, Tião Viana respondeu que “compete ao Conselho de Ética, com a sua autonomia e as suas prerrogativas, tratar desse assunto”. Ele disse o mesmo ao ser interrogado se haverá um novo relatório ou se será votado aquele elaborado por Epitácio Cafeteira (PTB-MA).

– Claro que o parecer da Polícia Federal tem a sua validade, porque é fato, é documento. Agora, se terá valor jurídico, é uma interpretação que não cabe à Mesa – disse Tião Viana.

Além dele, participaram da reunião da Mesa os senadores Efraim Morais (DEM-PB), Gerson Ca-

malta (PMDB-ES), César Borges (DEM-BA), Magno Malta (PR-ES), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Decisão jurídica

O 2º secretário da Casa, senador Gerson Camata, apoiou a decisão unânime da Mesa.

– A decisão não foi política, mas baseada em princípios jurídicos – resumiu.

Camata revelou ainda que alguns senadores chegaram a defender o envio do processo ao Plenário. Ele informou que o processo, mesmo com a decisão da Mesa, pode ser remetido ao Plenário “caso algum senador assim o desejar, por entender que o Conselho de Ética pode prejudicar o presidente do Senado”.

Para o senador Magno Malta, 4º secretário da Casa, a decisão da Mesa “apenas legitimou o pedido do PSOL”.

PT e Bloco de Apoio ao Governo aplaudem a decisão da Mesa

A líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC), leu nota em que seu partido e o bloco aplaudem a decisão da Mesa. Veja a íntegra da nota:

“A bancada de senadores do PT e os representantes do Bloco de Apoio ao Governo no Conselho de Ética decidiram, por unanimidade, aplaudir a deliberação da Comissão Diretora do Senado Federal e elogiar a rapidez com que seus membros efetuaram a diligência que ratificou o despacho do senador Renan Calheiros quanto à admissibilidade da Representação nº 1, de

2007, e devolveu o processo ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Nesta oportunidade, a bancada e os representantes do bloco no conselho expressam sua irrestrita confiança no prosseguimento das investigações, no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, observados o devido processo legal e as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

A bancada e os representantes do bloco no conselho se empenharão, ainda, para que o procedimento em curso chegue a termo de forma



Nota lida por Ideli reafirma confiança nas investigações

célere, nos estritos termos constitucionais, legais e regimentais, fazendo-se a necessária justiça. Considera, finalmente, importante que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se reúna o mais brevemente possível, para dar continuidade aos trabalhos referentes à representação em questão.”

Investigação será retomada e comissão assume relatoria

Em reunião que terminou por volta das 21h de ontem, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu retomar, do ponto em que haviam sido interrompidas, as investigações relativas ao processo movido pelo PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Depois de ouvir manifestações de vários senadores, o presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), anunciou também a decisão de solicitar à Polícia Federal a conclusão da perícia em documentos apresentados por Renan.

Para fazer o papel do relator, Quintanilha irá nomear uma comissão composta de três senadores, a serem indicados, até as 16h de hoje, pelos líderes do Bloco da Maioria, pelo PMDB e pelo DEM, mais o PSDB. Foram vencidas as propostas de José Nery (PSOL-PA) e Sérgio Guerra

(PSDB-PE) para a escolha de um único relator.

– Não podemos desconhecer os fatos já apurados e que contribuirão para formar o juízo dos membros do conselho. O país e o Senado esperam que nós apuremos a verdade – disse Quintanilha, em resposta a diversos questionamentos.

Entre os que propunham a continuação das investigações estavam os senadores José Nery; Demostenes Torres (DEM-GO); Sérgio Guerra; Arthur Virgílio (PSDB-AM); Renato Casagrande (PSB-ES); e Romeu Tuma (DEM-SP).

Almeida Lima (PMDB-SE) pediu que o processo começasse do zero, com base no parecer da Advocacia Geral do Senado e na nota informativa da Consultoria Legislativa que acompanharam o despacho de Quintanilha enviado à Mesa diretora. Ali se alegava que o presidente

do Senado não poderia ter admitido o processo e o enviado ao conselho sem ouvir os demais membros da Mesa. Adicionalmente, os dois arrazoados questionavam a validade do pedido de perícia feito à PF, sem a intermediação da Mesa.

– Todos os atos estão nulos diante desses vícios de origem e devem ser desentranhados do processo – disse Almeida Lima.

Mesmo concordando com os argumentos, o presidente do colegiado seguiu a linha de raciocínio dos senadores que propunham a validação de todos os atos praticados até a devolução dos autos à Mesa.

Diante da decisão de Quintanilha, Wellington Salgado (PMDB-MG) apresentou requerimento para que Renan seja convidado a se defender e Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu que o conselho limite o tempo de apuração.



Ao lado de Adelmir (E), Quintanilha afirma que vício de admissibilidade foi sanado com envio do processo à Mesa

Quintanilha promete agilizar tramitação

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Leomar Quintanilha, afirmou em entrevista que “o processo do senador Renan [Calheiros, presidente do Senado] não voltou à estaca zero” por ter ido à Mesa do Senado e retornado ao conselho.

Para Quintanilha, ficou

decidido que tudo o que foi apurado até agora, inclusive a perícia da Polícia Federal, será utilizado pelos três senadores que integrarão a comissão que substituirá o relator do caso.

– Todos nós temos pressa, e a ida do processo à Mesa do Senado permitiu que fosse sanado um vício de admissibilidade. Todos

nós queremos o aprofundamento das investigações. No final, irá prevalecer a vontade da maioria dos senadores do Conselho de Ética – disse.

Leomar Quintanilha admitiu que o Conselho de Ética poderá funcionar durante o recesso parlamentar, que vai de 18 a 31 de julho.

Virgílio e Jereissati, pelo PSDB, e Jefferson Péres, pelo PDT, defendem saída temporária do presidente do Senado. Renan reitera que não deixa a função

PSDB pede afastamento; Renan diz que fica no cargo

Em nome do PSDB, o líder da bancada no Senado, Arthur Virgílio (AM) sugeriu ontem, em Plenário, ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que se afaste do cargo de presidente do Senado até a conclusão definitiva do processo a que responde no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Renan é acusado de ter despesas pessoais pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior. Virgílio explicou que a sugestão é uma decisão partidária.

O senador assinalou que o PSDB manteve um ritmo próprio em todo o episódio e que foi o voto em separado apresentado pelo partido no conselho que manteve a idéia de que se deveria investigar a fundo e buscar apenas a verdade. Ele destacou que a sua candidatura à presidência do colegiado foi uma “proposta de união da instituição em torno da busca de uma solução efetiva para um caso que está, na verdade, já a essa altura, perturbando a própria vida institucional do país”.

– O PSDB entende que, neste momento, longe de ser um gesto que amesquinhasse sua postura, seria algo que o engrandeceria perante a nação, porque



Virgílio: desejo do partido é buscar apenas a verdade

mostraria que Vossa Excelência, ao solicitar o direito de defesa que afirma lhe estar sendo negado, teria a possibilidade de fazer a mais ampla defesa da sua biografia e da sua carreira – carreira que vi nascer, pois chegamos juntos ao Congresso Nacional –, ao mesmo tempo, dando a satisfação que a nação brasileira requer – ressaltou o líder do PSDB.

O parlamentar salientou que seu partido deplorou qualquer tentativa de pré-julgamento ou linchamento moral, não tendo feito nada além de pedir mais investigação e “absoluta garantia de direito de defesa” para Renan.

“Serenidade e reflexão”

Respondendo à solicitação do PSDB, o senador Renan Calheiros afirmou que permaneceria na Pre-

sidência do Senado, mesmo contrariando “apetites políticos da oposição”. Ele observou que sua decisão foi tomada com “serenidade e reflexão” e que o Senado Federal é “bem maior que a crise política que quiseram agigantar”.

Renan Calheiros disse ainda ter comprovado sua inocência no processo instaurado contra ele pelo PSOL no Conselho de Ética da Casa, mesmo tendo ocorrido “a inversão do ônus da prova”. Referia-se o presidente ao devido procedimento legal, segundo o qual o ônus da prova cabe ao acusador.

O presidente do Senado reiterou a Arthur Virgílio sua disposição de cumprir a Constituição federal e as leis do país.

Reunião

A decisão do PSDB de pedir o afastamento de Renan Calheiros, até a conclusão definitiva do processo no Conselho de Ética, foi adotada durante reunião realizada pela manhã, que contou com a presença de senadores e deputados do partido.

Após o encontro, Arthur Virgílio havia anunciado em entrevista que apresentaria a decisão do partido à tarde, em discurso da tribuna.

Jereissati: povo vê como farsa impasse no conselho

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reforçou, da tribuna, o pedido do seu partido para que Renan Calheiros se licencie do cargo de presidente do Senado enquanto o Conselho de Ética estiver deliberando sobre a representação do PSOL contra ele. O discurso foi proferido enquanto Renan presidia a sessão, e logo após o pronunciamento do líder do PSDB, Arthur Virgílio.

– Para que a população entenda como um processo limpo, sem interferências, sem manobras, sem nenhum tipo de truque que venha toldar o processo de investigação, é absolutamente necessário que isso seja feito sem a presença de Vossa Excelência à frente desse processo – disse o



Não há objetivo de prejudicar Renan, afirma Tasso Jereissati

parlamentar.

Tasso Jereissati argumentou que todos os problemas ocorridos até agora nos trabalhos do Conselho de Ética, como as trocas de presidentes e de relatores, estão sendo vistos pela sociedade brasileira como manobras e até como farsa. A devolução da re-

presentação contra Renan Calheiros à Mesa, segundo Jereissati, teria feito com que o Senado, “que já está desacreditado, se tornasse motivo de zombaria”.

O senador tucano ressaltou ainda que aqueles que pedem o afastamento do presidente do Senado não agem com intuítos que ele chamou de politiqueros e que ninguém age com o objetivo de prejudicar Renan Calheiros.

Ao longo do pronunciamento, Tasso Jereissati recebeu apertes de senadores de vários partidos, alguns concordando com a posição dele e de Arthur Virgílio, outros apoiando a decisão do presidente do Senado de não se licenciar do cargo, já comunicada e reiterada anteriormente.

Discurso gera longo debate no Plenário

Iniciando a série de apertes a Tasso Jereissati, Cristovam Buarque (PDT-DF) reiterou pedido que já havia feito a Renan para que se afaste da presidência. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que é comum os senadores serem alvo de denúncias, muitas delas injustas, e que ninguém pode ser condenado até que o processo tenha sido transitado em julgado.

Renan fez algumas intervenções e garantiu a palavra a todos os que desejavam falar. Entretanto, ele considerou que tal discussão, feita em Plenário e não no conselho, passava a impressão de que o Congresso estava vivendo uma crise, o que, frisou, não é verdadeiro. Renan afirmou que fará a sua defesa onde for necessário e garantiu que está fazendo o possível para dar celeridade ao caso. “Pedindo a proteção de Deus, com a justiça de meus companheiros senadores e com a força de minha inocência, continuarei presidindo o Senado”, salientou.

Em seu aparte, Pedro Si-

mon (PMDB-RS) acentuou não se recordar de caso tão polêmico como o que está sendo julgado, mas observou que não havia, ainda, nenhum “clima de guerra” como teria existido em crises do passado. Simon ressaltou que todos se referem a Renan com carinho e elegância.

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse a Renan que “a rua” já o havia condenado, em função das denúncias da imprensa, mas ressaltou que considerava isso errado.

Mário Couto (PSDB-PA) pediu a Renan que fizesse uma reflexão e mudasse de idéia. Sérgio Guerra (PSDB-PE) assinalou que a Casa deve mostrar ao país que pode proceder a uma investigação de forma limpa e responsável. Marisa Serrano (PSDB-MS) argumentou que o fato de Renan continuar no cargo dificulta as discussões e as ações do conselho.

Já Renato Casagrande (PSB-ES) observou que a instituição “Presidência do Senado” interfere nas decisões do conselho. Jarbas

Vasconcelos (PMDB-PE) destacou que a atitude dos senadores que aconselham Renan a se afastar não tem viés político-partidário.

Demostenes Torres (DEM-GO) disse que o procedimento do presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), de devolver a representação do PSOL à Mesa, era “atípico, equivocado e imoral”, uma tentativa de impedir que a investigação fosse adiante.

Almeida Lima (PMDB-SE) sustentou que o procedimento estava correto, já que caberia à Mesa decidir pela admissibilidade da representação.

José Nery (PSOL-PA) assinalou que já havia dito que não concordaria com absolvição sumária nem atitudes protelatórias dentro do conselho. Marconi Perillo (PSDB-GO) afirmou que, se seu partido tivesse sido ouvido, “não teríamos tido os desvios que tivemos pelo caminho”. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou a decisão da Mesa de reencontrar a representação ao conselho.

PDT alerta para risco de prejuízo à imagem da Casa

O senador Jefferson Péres (AM), líder do PDT no Senado Federal, leu em Plenário, na tarde de ontem, nota da bancada do partido recomendando ao senador Renan Calheiros que se afaste temporariamente da Presidência do Senado.

Os pedetistas argumentam que, sem o afastamento de Renan Calheiros do comando da Casa até o encerramento do processo contra ele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a investigação em

curso “cairá no descrédito”, com prejuízo à imagem do Senado e do Congresso Nacional.

Esta é a íntegra da nota do PDT:

“Os senadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT), por unanimidade, decidiram recomendar ao senador Renan Calheiros o seu afastamento temporário da presidência até o final do processo a que responde no Conselho de Ética, sem o que a investigação cairá no descrédito, com grave dano à imagem



Nota lida por Jefferson também recomenda saída temporária

do Senado e do próprio Congresso Nacional. Assinam os quatro senadores que integram a bancada do partido – Jefferson Péres, Osmar Dias (PR), Cristovam Buarque (DF) e João Durval (BA)”.

Presidente do Senado diz que se sente inteiramente à vontade para continuar no comando da Casa: “não há crise, estamos deliberando mais do que na média”

“Não arredarei o pé da Presidência e responderei a tudo”, afirma Renan

Logo após tomar conhecimento da decisão da Mesa do Senado – que, por unanimidade, optou por devolver o processo movido pelo PSOL contra ele ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar –, o presidente da Casa, Renan Calheiros, reafirmou seu propósito de manter-se no cargo. Renan disse que a decisão da Mesa foi democrática, referendou o que ele próprio já havia feito de “maneira monocrática”, com o objetivo de agilizar o processo.

– Não arredarei o pé da Presidência e vou respon-



Para Renan, Mesa foi democrática ao devolver processo ao Conselho de Ética

der absolutamente tudo, o que é fácil porque não há nenhuma acusação formal contra mim – frisou Renan,

mais uma vez negando a existência de crise no Senado.

– O Senado tem delibera-

do mais do que na média e vai continuar deliberando. Há uma maioria que vai se fazer valer sempre – disse o presidente, que afirmou sentir-se à vontade no cargo e disposto a apresentar novamente “prova contrária”, no Conselho de Ética, das acusações que pesam contra ele.

O senador é acusado de ter-se utilizado de Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, para fazer o pagamento de pensão alimentícia à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

Mesa reúne-se hoje para avaliar denúncia contra Roriz

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ter agendado para hoje, às 10h, reunião da Mesa com o objetivo de analisar a admissibilidade da representação do PSOL contra o senador Joaquim Roriz (PMDB-DF). A informação dada pelo presidente do Senado foi em resposta a questionamento do líder do DEM, José Agripino (RN).

Roriz teve conversas com o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Tarcísio Franklin de Moura gravadas por uma operação da Polícia Civil do Distrito Federal. Nos diálogos, os dois discutem a divisão de R\$ 2,2 milhões provenientes de um cheque sacado da conta, no Banco de Brasília, do empresá-

rio Constantino Oliveira. Segundo a representação contra Roriz, as empresas da família de Constantino possuem cerca de 30% das concessões de exploração do transporte público do Distrito Federal.

No dia 28 de junho, em discurso, Roriz negou a acusação e disse ter encaminhado aos senadores documentação que comprovaria a legalidade do empréstimo de R\$ 300 mil com Constantino, supostamente usado para pagar uma bezerro comprada em leilão, e viabilizado por um cheque de R\$ 2,2 milhões emitido pelo Banco do Brasil, mas descontado no BRB, porque o banco teria interesse em atrair clientes “abastados”, como Constantino.

Corregedoria analisa provas em conjunto com o MPDFT

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), afirmou que está analisando as provas contra Joaquim Roriz em conjunto com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Tuma explicou que também vai procurar esclarecer por que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, deu prazo de 20 dias para Roriz apresentar sua defesa.

Perícia

Sobre o processo contra Renan Calheiros, Tuma afirmou que o andamento “não começará do zero”. No entendimento do corregedor, a representação será apenas retomada, e a perícia feita pela Polícia Federal em



Tuma vai procurar esclarecer prazo dado à defesa de Roriz

documentos apresentados por Renan deve ser concluída, e não reiniciada.

Tuma disse ainda que Leomar Quintanilha “deveria pensar direito e sair [da presidência do Conselho de Ética] para não se comprometer”, já que está sendo processado no STF.

Almeida Lima: Conselho não pode virar corte de exceção

“O Conselho de Ética não pode se transformar numa corte marcial, num tribunal de exceção”, afirmou Almeida Lima (PMDB-SE).

Para o senador, o presidente da Casa, Renan Calheiros, “com a melhor das intenções”, cometeu um erro ao enviar a representação protocolada pelo PSOL ao conselho sem consultar os demais membros da Mesa do Senado, e, dessa forma, tornou nulos todos os atos do processo.

Renan responde a processo por quebra de decoro parlamentar. A representação do PSOL, que deu início às investigações, foi inicialmente protocolada no próprio conselho e, em seguida, remetida à Mesa. O presidente, então, tomou a iniciativa de encaminhar o processo ao colegiado



Almeida Lima entende que Renan deve apresentar nova defesa

ad referendum, sem ser questionado.

– Não se trata de um mero vício formal: a consequência é a nulidade. O que existe nos autos é uma ficção de representação; nada mais. Todos os atos foram praticados por um conselho que não tinha competência – disse Almeida Lima.

O erro de tramitação foi apontado em parecer apresentado na segunda-feira

pela Consultoria Legislativa e pela Advocacia Geral do Senado, após análise solicitada pelo presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

A Mesa se reuniu ontem para analisar o caso e acabou devolvendo o processo para o Conselho de Ética. Sob o argumento de que “nem a defesa do presidente Renan existe”, Almeida Lima defendeu “o início da produção do contraditório”, ou seja, que Renan seja notificado e que o conselho lhe conceda prazo para apresentação de nova defesa.

Almeida Lima disse que a idéia de que o Senado vive uma crise foi “plantada” pela imprensa, que “defende corruptos”, e criticou senadores que supostamente contribuiriam com a “fabricação da crise”

por acreditarem que serão beneficiados pelas suas conseqüências.

O parlamentar comparou o comportamento de “parte expressiva do Senado” ao da União Democrática Nacional (UDN) nos momentos que antecederam o golpe militar de 1964, “imaginando que iria beneficiar-se de parcela do poder com o golpe. Só depois viu que estava cometendo um grande equívoco”.

– Se, porventura, tivermos uma degeneração institucional, a classe política não irá se beneficiar. Nem o PSDB nem o DEM terão espaço no poder. Quem tem poder hoje no país é o presidente Lula – observou.

Em aparte, Demostenes Torres (DEM-GO) disse que “ninguém quer provocar crise”.

Colombo defende reforma política para reverter desmoralização das instituições

Ao relatar ao Plenário as críticas e cobranças dirigidas ao Parlamento e à política brasileira em geral que tem ouvido em viagens realizadas ao interior de Santa Catarina, o senador Raimundo Colombo (DEM-SC) defendeu uma reforma política que seja capaz de reverter a impres-

são da população de “desmoralização, ineficiência e falta de resultados” em relação às instituições.

– Preocupa-me a gravidade da crise política que nós vivemos. Está ficando difícil andar na rua – assinalou.

Colombo pregou um novo modelo de políti-

ca, mais descentralizado, com mais participação da comunidade, como acontece nos municípios. Ele considera que a forma de tratar a política como um negócio é, em grande parte, responsável pelo desencanto da população com as instituições.

O senador pediu aos

membros do Conselho de Ética que conduzam com compromisso e celeridade as investigações sobre o senador Renan Calheiros, para que “o Senado possa legislar sobre o que realmente importa para o brasileiro”.

Pesar

Raimundo Colombo

apresentou requerimento de pesar pelo falecimento, no último sábado, aos 93 anos, do empresário Emílio Batistela. O senador informou que, ao longo de sua vida, Batistela fundou 17 empresas em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, gerando cerca de 5 mil empregos.



“Está ficando difícil andar nas ruas”, observa Raimundo Colombo

Parlamentares aprovaram, entre outras decisões, audiências sobre o impacto do aquecimento global no setor elétrico e o envio de delegação à Inglaterra

Comissão amplia debates sobre mudanças climáticas

Os parlamentares da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas aprovaram ontem requerimentos pedindo a realização de audiências sobre os impactos do aquecimento global no Brasil. Na sexta-feira, o colegiado realiza debate em Campo Grande, aprovado anteriormente, sobre situação do Pantanal.

Três dos requerimentos acolhidos são de autoria do presidente da comissão, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO). O primeiro requer a participação, no debate de sexta-feira, do advogado ambientalista e ex-deputado Fábio Feld-

man e do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Alexandre Davion. Eduardo Gomes sugere ainda debate com o secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, e audiência sobre a ligação entre o aquecimento global e o setor elétrico brasileiro.

Outra discussão, requerida pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), terá a participação de representantes da Embrapa e da ONG Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e discutirá a questão do reflorestamento. Já o deputado Rocha Lou-

res (PMDB-PR) sugere a realização de seminário para discutir o consumo de energia elétrica no Brasil e o relatório da ONG WWF que analisa as mudanças na matriz energética do país.

Foi acolhido ainda o envio de uma delegação à Inglaterra para participar de encontro com parlamentares e especialistas britânicos sobre mudanças climáticas.

O último requerimento aprovado solicita que a comissão envie dois assessores para participarem do curso de Mitigação das Mudanças Climáticas, com enfoque sobre créditos de carbono, em São Paulo.

Dornelles: cobrança de ITR por municípios deve ser facilitada

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) reclamou ontem das dificuldades que os municípios enfrentam para a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Ele lembrou que, de acordo com a legislação que criou o ITR, sua cobrança seria de competência da União. No entanto, disse, a Emenda à Constituição 42, de 2003, promulgada no primeiro mandato do presidente Lula e conhecida como minirreforma tributária, modificou esse artigo para permitir que os próprios municípios efe-

tuem as cobranças.

Acontece, explicou o senador, que esse dispositivo acabou por causar entraves burocráticos à celebração dos convênios de cobrança entre os municípios e a União.

Um dos entraves, registrou, diz respeito à obrigação dos municípios de firmar contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para acesso à manutenção dos sistemas, elaboração da declaração do ITR e expedição de documentos. Para Dornelles, se a lei permite



Gerardo Magalhães

Dornelles questiona contrato obrigatório com o Serpro

que municípios optem por cobrar o ITR para melhorar sua arrecadação, não tem sentido o contrato com o Serpro, que lhes tira 10% desse montante.

No entendimento do senador, a lei, por essa e outras razões, merece passar por modificações.

Prefeitos de SP e ministro discutem o Renda Básica

Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ontem ao Plenário a realização de reunião entre prefeitos de cidades paulistas e o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para discutir as formas de transição do programa



Roosevelt Pinheiro

Proposta de Suplicy prevê benefício a todos os brasileiros

Bolsa Família para o Renda Básica de Cidadania. A instituição deste último, prevista na Lei 10.835/04, de autoria de Eduardo

Suplicy, prevê que todo brasileiro ou estrangeiro residente no país há pelo menos cinco anos receberá anualmente um benefício monetário.

Após ler artigo de Patrus Ananias publicado na *Folha de S. Paulo*, o senador afirmou que a medida, ao se aplicar a todos os brasileiros, eliminará procedimentos para aferir o nível de renda das pessoas.

Caxias do Sul será capital da cultura, diz Paim

A escolha de Caxias do Sul, na região serrana do Rio Grande do Sul, como “Capital da Cultura do Brasil” para 2008 foi saudada por Paulo Paim (PT-RS). Natural da cidade, o senador disse que se empenhou pela escolha e leu correspondência da prefeitura municipal com agradecimentos por sua atuação pela candidatura.

– É a valorização da história construída por todos os caxienses.

José Nery registra os 50 anos da UFPA

José Nery (PSOL-PA) registrou os 50 anos de fundação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ele informou ter participado de evento comemorativo na universidade, ao qual compareceram também a governadora Ana Júlia Carepa, parlamentares e o ministro da Educação, Fernando Haddad.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também saudou a UFPA.

Mão Santa vê PT e dengue como pragas

“Duas pragas estão infestando o Piauí: o PT, que administra o estado, e a dengue hemorrágica, que já matou 11 pessoas em Teresina”, afirmou ontem o senador Mão Santa (PMDB-PI), em discurso da tribuna.

Destacando a competência do secretário municipal de Saúde, Mão Santa disse que o combate à doença é responsabilidade do governo federal, pois ela já se alastrou por vários estados.

Maciel lembra 13º aniversário de lançamento do Plano Real

A passagem, no último domingo, do 13º aniversário do lançamento do Plano Real foi lembrada em Plenário por Marco Maciel (DEM-PE). O senador ressaltou que, idealizado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, no governo de Itamar Franco, “o Plano Real não se limitou apenas à criação de uma nova moeda ou a um mero plano monetário, mas foi o responsável pelo fim das altas taxas de inflação, que corroíam salários e concentravam renda”.

Maciel assinalou a melhoria da imagem do Brasil no exterior após o plano.

– Tudo começou a mudar a partir do Plano Real – frisou.

O parlamentar disse que, para compreender o plano econômico, seria preciso recordar a emenda constitucional que estabeleceu o Plano Social de Emergência e desvinculou recursos do Orçamento da União. Ele também creditou à intuição do povo brasileiro o sucesso nessa mudança econômica de grande proporção e des-



Roosevelt Pinheiro

Além de criar nova moeda, plano conteve a inflação, resalta Maciel

tacou os aspectos sociais do Plano Real, como a queda no nível de desemprego, o aumento da produção e o que chamou de “resgate ético do Brasil”. O senador lembrou que o país utilizava quatro ou cinco moedas e que, agora, pobres e ricos trabalham com a mesma moeda.

– Com a estabilidade econômica, foi possível destinar mais recursos para educação e saúde, além de permitir a implantação do planejamento – afirmou.

Para manter os avanços, Maciel defendeu o prosseguimento das reformas estruturais – como a trabalhista e a tributária – e das reformas institucionais.

Sérgio Guerra reage a crítica do presidente do BNDES ao plano

Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou ontem, em Plenário, declarações do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. O dirigente disse, segundo a imprensa, que a estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real havia sido precária e vulnerável às crises cambiais, o que resultava em inflação e aumento dos juros. Para o senador, tal declaração “foi infeliz”.

– O Plano Real reestruturou a base da economia brasileira. Não fossem seus resultados, a moeda não estaria valorizada e nossa economia não estaria nos trilhos – argumentou o parlamentar.

De acordo com Sérgio Guerra, a atual solidez da economia foi obtida porque o Plano Real teve “gestão adequada e objetivos absolutamente redondos”. O



Roosevelt Pinheiro

Para Sérgio Guerra, o Plano Real reestruturou a economia do país

senador afirmou ainda que os economistas ligados ao governo Lula, que criticam o Plano Real, não o modificaram.

– O atual governo não mudou nada. Acomodou-se de forma precária, favorecido pelo ambiente internacional, satisfazendo-se com índices medíocres de crescimento e sendo incapaz de mudar a vida econômica e social dos brasileiros.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) também condenou as declarações de Luciano Coutinho.



Na reunião, o presidente da CMO, Maranhão (C), ouve Arno Augustin (E)

Parlamentares questionam reservas de US\$ 121,8 bilhões

O novo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, apresentou ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) dados sobre o comportamento da dívida pública nos primeiros quatro meses deste ano, ponderando que os números “são bons” e estão dentro das previsões do governo. No entanto, parlamentares questionaram a necessidade de se manter reservas internacionais no Banco Central da ordem de US\$ 121,8 bilhões.

O deputado Gilmar Machado (PT-MG), ex-presidente da CMO, perguntou se não seria mais interessante ao país usar parte das reservas em dólares para bancar investimentos. Em resposta, o secretário disse que essa é uma decisão que cabe ao presidente da República e ao seu ministro da Fazenda. Não é a primeira

vez que autoridades da área econômica ouvem de parlamentares propostas sobre o gasto das reservas.

Augustin compareceu ao Congresso atendendo a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo ele, no primeiro quadrimestre o governo conseguiu um superávit de R\$ 35,6 bilhões, o que equivale a 50,1% da meta para todo o ano, de R\$ 71,1 bilhões – meta para o governo federal e suas estatais. A dívida pública mobiliária interna subiu mais R\$ 57,9 bilhões, chegando a R\$ 1,13 trilhão no final de abril.

O secretário do Tesouro previu que o governo continuará com a política de superávit primário para pagamento de juros, o que “mantém o círculo virtuoso da queda de juros” e de aumento da confiança dos investidores.

Expedito cobra juro menor nos fundos constitucionais

Expedito Júnior (PR-RO) defendeu a redução dos juros dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). De acordo com o senador, enquanto a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) foi reduzida em quase 50% no período, os juros dos fundos caíram menos de 18%, “apesar de sua relevância social”.

Ele explicou que, à época da edição da Lei 10.177/01, que modificou a legislação original, a TJLP estava fixada em 12% ao ano, ao passo que os juros do FNO para micro e pequenas empresas, por exemplo, era de 7,44%. Hoje, prosseguiu, quando a TJLP está fixada em 6,5% ao ano (redução de 48% em relação a 2001),



Expedito diz que Sudeste paga taxa menor que a Amazônia

os juros cobrados pelo fundo às micro e pequenas empresas é de 6,16% (redução de apenas 17,2%).

– Quando verificamos os juros cobrados das grandes empresas, verificamos que as do Sudeste, que dispõem dos recursos do BNDES, pagam menos juros que as empresas da Amazônia, que recorrem ao FNO.

Proposta estabelece correção do piso com base na variação do INPC e no crescimento do PIB, até 2011

Política para valorização do salário mínimo passa na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que estabelece regras para a correção do salário mínimo entre 2008 e 2011. A proposta determina que a correção seja feita anualmente, até 2011, com base na inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mais a taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) apurada dois anos antes.

De autoria do Executivo, a proposição (PLC 42/07) integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), opinou pela aprovação da matéria, sem modificações.

A seu ver, a iniciativa já pode ser considerada como uma das mais importantes entre as que passarão pelo Senado neste ano. O projeto antecipa o reajuste do salário mínimo para 1º de março, em 2008; 1º de fevereiro, em 2009; e 1º de janeiro em 2010 e 2011. Conforme a proposição, até 31 de dezembro de 2011 o Executivo encaminhará ao Congresso projeto de lei dispendo sobre a política do piso nacional para o período de 2012 a 2023.

A CAE rejeitou emenda que se destinava a substituir a taxa do PIB de dois anos antes, a cada reajuste, pela maior taxa verificada a partir de 2001. A emenda, concebida pelo deputado Felipe Maia (DEM-RN) e

rejeitada na Câmara, foi reapresentada na comissão pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Tanto o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), como o relator apelaram para que fosse mantido o texto vindo da Câmara, pois, dessa forma, a matéria poderá ser aprovada pelo Senado ainda antes do recesso parlamentar.

Há a hipótese de a emenda ser destacada para exame em separado, em Plenário, como chegou a ser lembrado pelo presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP). Se aprovado, o texto voltará à Câmara, atrasando a aprovação final da matéria e seu envio à sanção presidencial.



Osmar Dias (3º à direita), relator, considera projeto um dos mais importantes a ser votado este ano pelo Senado

Propulsor da distribuição de renda no país

A proposta que institui critérios para a correção do salário mínimo até 2011, aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, autoriza a União a suspender transferências voluntárias de recursos a estados, Distrito Federal e municípios que, comprovadamente, descumprirem a nova política de reajuste para o menor salário a ser pago no país.

No curso dos debates, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a proposta do governo assegura ao salário mínimo condições reais para funcionar como propulsor de distribuição de renda. Ela observou que esse tem sido o foco do governo desde o primeiro mandato do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de quando o salário mínimo acumulou aumento real de 34%.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou para que também fossem postas em discussão outras matérias que tramitam no Senado sobre políticas para o salário mínimo, inclusive uma que apresentou depois de relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). À época, ressaltou, incluiu no texto emenda para que, em 2000, o salário mínimo fosse corrigido pela variação do PIB.

Crescimento

Aloizio Mercadante afirmou que testemunhou o esforço de Garibaldi para valorizar o salário mínimo desde aquele momento,

mas reforçou a importância de se acelerar a tramitação do projeto do governo, que, na sua avaliação, permite um crescimento “progressivo e sustentável” para o piso salarial.

Além do mais, salientou Mercadante, os critérios de reajuste propostos na ocasião pelo senador potiguar são semelhantes aos que foram incluídos no acordo firmado entre governo federal e centrais sindicais e que servem de base para a atual política.

O Executivo havia estipulado, no projeto, em R\$ 380 o valor do salário mínimo deste ano. Como a matéria não foi votada até a data do reajuste, o governo editou medida provisória, mantendo o mesmo valor.

Osmar vai pedir urgência para projeto do governo

Osmar Dias (PDT-PR) anunciou que, a exemplo do que fez na Comissão de Assuntos Econômicos, vai apresentar requerimento para votação em regime de urgência, no Plenário, do projeto de lei do Executivo que define a correção do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2011.

– Essa iniciativa do presidente Lula merece ser louvada pelo Senado – afirmou o parlamentar, relator do projeto na CAE.

Um dos principais méritos da proposta, segundo Osmar Dias, é estipular um critério claro e bem definido de correção do salário mínimo. Para 2008, o senador explicou que o reajuste do piso terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) dos dois últimos anos, o que deverá resultar em ganho real de 3,7%.

Programação monetária segue para o Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem a programação monetária relativa ao segundo trimestre deste ano. O parecer favorável às mensagens do Executivo teve como relatora substituta Ideli Salvatti e será submetido agora ao Plenário. As mensagens trazem projeções também para o restante do ano de 2007.

A pedido do senador Flávio Arns (PT-PR), foram retirados da pauta da CAE dois projetos: o PLS 150/05 – Complementar, determinando que os recursos orçamentários para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira; e o PLC 22/07, que dispõe sobre a adição da farinha de mandioca refinada à farinha de trigo e seus derivados, adquiridos pelo poder público.

Roosevelt Pinheiro



Zambiasi afirma que obesidade é hoje uma verdadeira epidemia

Sociedade acorda para o problema, afirma Zambiasi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou sua participação, na quinta-feira, de reunião entre o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e pessoas com obesidade. Na ocasião, Temporão assinou portaria que regulamenta a cirurgia de redução de estômago pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

– A sociedade brasileira começa, finalmente, a despertar para o fato de que a obesidade é um problema de saúde. E não um problema de qualquer, mas, como vêm alertando os especialistas, é hoje uma verdadeira epidemia, que já se mostra como uma das mais sérias questões de saúde pública – disse.

Roosevelt Pinheiro



Mozarildo pede mudança em norma do Fundo Nacional de Saúde

“Exigência impede construção de postos de saúde”

As exigências feitas pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para permitir a liberação de recursos para a construção de postos de saúde em Bonfim (RR) impedem que estas obras sejam feitas, afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Segundo o senador, o FNS exige a comprovação da propriedade do terreno pelo município, “o que é impossível, por tratar-se de terras indígenas, de propriedade da União”.

A inserção no currículo escolar de disciplina sobre educação alimentar é apontada como uma das saídas para problema debatido em subcomissão

Especialistas associam estilo de vida à obesidade infantil

Mudança no estilo de vida – com maior consumo de frutas e verduras e diminuição do consumo de açúcar, sal e gorduras, bem como o aumento de atividade física – é a principal medida para evitar a obesidade entre crianças e adolescentes. Essa é a opinião da maioria dos especialistas que participaram, ontem, da audiência pública sobre o assunto realizada na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Outra ação importante apontada na audiência é a promoção de programas de informação sobre alimentação saudável. Durante o debate, a professora-adjunta da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Olga Maria Silvério Amâncio, sugeriu a inserção no currículo escolar de disciplina que aborde educação alimentar.

De acordo com a secretária do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), Maria Emília Daudt von der Heyde, estudos demonstram



Olga, Fisberg, Augusto, Emília e Rodolfo em audiência na subcomissão

que, se houver aumento do consumo de açúcar e sal e a diminuição da ingestão de verduras e frutas, 60% das mortes no mundo poderão ser em função de doenças crônicas não transmissíveis, nas quais está incluída a obesidade.

O chefe do Centro de Apoio e Atendimento ao Adolescente da Unifesp, professor Mauro Fisberg, disse que, em pesquisa realizada nas escolas da cidade de São Paulo, foi observado que o índice de sedentarismo infantil é de 70% e que, em média, 40% de meninos e 23% de meninas estão acima do peso.

Publicidade

O consultor jurídico da Associação Brasileira das

Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Rodolfo Machado Moura, ressaltou que as propagandas não devem estimular a substituição das refeições básicas por alimentos com alto teor de gordura, sal ou açúcar.

Ele destacou que os diversos dispositivos constitucionais – entre eles o que determina proteção à criança, mas também o que assegura ampla liberdade de expressão – devem ser considerados de forma conjunta na avaliação de uma peça publicitária, e que qualquer cidadão pode apresentar denúncia ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) se constatar irregularidades.

Serys pede sugestão para elaboração de leis

Durante o debate sobre as causas e conseqüências do avanço da obesidade no Brasil, Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu aos participantes da audiência que apresentem sugestões para a elaboração de leis contemplando soluções para os problemas de nutrição que possam ser adotadas pela sociedade e “virar moda”.

– O Congresso tem o poder de elaborar leis, mas fazer com que elas “peguem” depende muito das indústrias e dos meios de comunicação – disse.

A senadora lembrou ser relatora de um projeto que alerta para os riscos do consumo exagerado de refrigerantes (PLS 196/07), e de outro que proíbe o uso de gordura trans em alimentos

infantis (PLS 181/07).

Para a professora-adjunta da Unifesp Olga Amâncio, revisora da *Revista de Nutrição* da PUC de Campinas e dos *Cadernos de Saúde Pública* da Fiocruz, é preciso uma propaganda sistemática e constante, feita por profissionais, para convencer a sociedade de que boa nutrição é uma questão de saúde, não só de estética, e que um alimento pode ser bom ou ruim, dependendo da quantidade ingerida.

Sedentarismo

O professor da Unifesp Mauro Fisberg afirmou que, em Santa Catarina, a venda de determinados produtos nas cantinas escolares sofreu restrições há 14 anos. No entanto, a multiplicação de barraquinhas, quiosques

e ambulantes nas proximidades das escolas não permitiu que a medida tivesse os resultados esperados.

O senador Augusto Botelho (PT-RR), que presidiu a reunião da subcomissão, ponderou que a obesidade na infância e na adolescência é um problema que já compete com a desnutrição infantil, questão ainda considerada grave no Brasil.

A secretária do Conselho Federal de Nutricionistas, Maria Emília Heyde, alertou para o papel dos meios de comunicação no desenvolvimento de hábitos alimentares. Disse, por exemplo, que pedir as guloseimas exibidas em programas e comerciais de TV é costume do universo infantil.

Divergências entre usuários de medicamentos e autoridades

A oferta de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) gerou polêmica entre autoridades do governo e associações de defesa dos direitos de pacientes que utilizam medicação de alto custo. A divergência ficou demonstrada ontem, durante audiência que debateu projetos sobre políticas públicas de atenção à saúde em tramitação no Senado, a exemplo do PLS 219/07, do senador Tião Viana (PT-AC), e do PLS 338/07, do senador Flávio Arns (PT-PR).

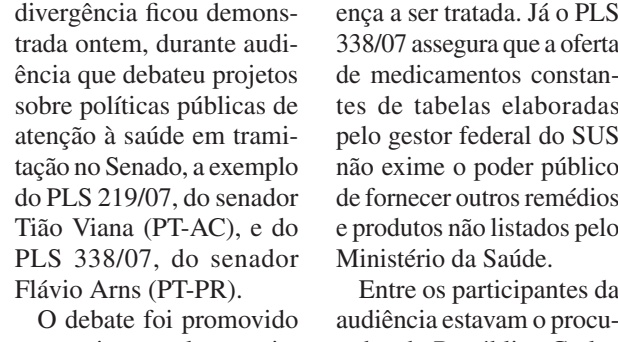
O debate foi promovido em conjunto pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As duas propostas alteram e acrescentam dispositivos à Lei 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

O PLS 219/07 fixa que a integralidade da assistên-

cia terapêutica, inclusive farmacêutica, consiste na oferta de medicamento cuja prescrição esteja em conformidade com as diretrizes terapêuticas instituídas pelo gestor federal do SUS em protocolo clínico para a doença a ser tratada. Já o PLS 338/07 assegura que a oferta de medicamentos constantes de tabelas elaboradas pelo gestor federal do SUS não exime o poder público de fornecer outros remédios e produtos não listados pelo Ministério da Saúde.

Entre os participantes da audiência estavam o procurador da República Carlos Henrique Martins Lima; o presidente da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose – Fibrose Cística (Abram), Sérgio Henrique Sampaio; o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello; e o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães.

Célio Azevedo



Márcia Kallme



Viana (2º à esq., ao lado de Paim) debate com participantes de audiência

Debate enfoca oferta limitada e pressão de laboratórios

O presidente da Abram disse que concorda com a regulamentação da entrega de medicamentos de alto custo pelo SUS, mas ressaltou que a exigência de protocolos clínicos – por meio dos quais o Ministério da Saúde traça diretrizes para as ações desenvolvidas em estados e municípios, sendo revistos a cada cinco anos – limitará a entrega de remédios.

Já o procurador Carlos Henrique lembrou que a Constituição estabelece que a atenção à saúde é universal e integral, ob-

servando que o projeto de Tião Viana, caso aprovado, poderá ser questionado na Justiça, já que não existem protocolos para todas as patologias e que a lista do Ministério da Saúde, com 105 medicamentos, não abrange todas as doenças.

Ao explicar seu projeto, Tião Viana frisou que a intenção é regularizar a entrega de medicamentos de alto custo pelo SUS, destacando que não é correto o governo sofrer pressões de laboratórios multinacionais para a compra de remédios.